



PODER

Mendonça e Aras na briga pelo STF

De olho na vaga do ministro Marco Aurélio Mello, que se aposenta no Supremo Tribunal Federal em 5 de julho, advogado-geral da União e procurador-geral da República se aproximam de religiosos para conquistar preferência de Bolsonaro

» RENATO SOUZA
» SARAH TEÓFILO

» Acenos ao Planalto

Abertura de uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), após o anúncio da aposentadoria do ministro Marco Aurélio Mello em 5 de julho deste ano, colocou o advogado-geral da União, André Mendonça, e o procurador-geral da República, Augusto Aras, numa disputa pela cadeira na Suprema Corte. Ao longo dos últimos meses, Mendonça tem utilizado a Lei de Segurança Nacional (LSN) contra críticos do presidente Jair Bolsonaro, enquanto Aras procura evitar embates, como quando denunciou o ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por omissão no combate à pandemia, deixando o mandatário de fora.

Para conquistar Bolsonaro, ambos buscam apoio dos evangélicos. Uma ação contra o fechamento de igrejas em São Paulo durante a Semana Santa virou instrumento de briga política. A Procuradoria-Geral da República (PGR) protocolou no Supremo, na quarta-feira, um pedido para que os templos continuem abertos, mesmo contra a recomendação de autoridades sanitárias. No dia seguinte, a Advocacia-Geral da União (AGU) fez pedido semelhante.

Em mais um capítulo da disputa, o vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques de Medeiros, braço direito de Augusto Aras, solicitou a Mendonça explicações sobre o uso da LSN contra opositores do governo quando ele estava à frente do Ministério da Justiça. Para ocupar uma das vagas no Supremo é necessário que o candidato tenha reputação ilibada. A escolha do ministro Kássio Nunes para a vaga deixada por Celso de Mello, influenciada por deputados do Centrão, foi de caráter técnico. O magistrado, pouco conhecido no meio político e até entre os integrantes do STF, tinha larga carreira como advogado e juiz.

Bolsonaro afirmou várias vezes, em público, que o próximo indicado seria alguém "terrivelmente evangélico" e que o nome

Evaristo Sá/AFP



ANDRÉ MENDONÇA

- » Aplicou a Lei de Segurança Nacional contra opositores de Bolsonaro;
- » Encaminhou pedido ao STF para que igrejas continuem abertas na pandemia;
- » Defendeu abertamente o apoio de Bolsonaro a Arthur Lira, líder do Centrão na Câmara
- » Fez críticas públicas ao ex-ministro Sergio Moro, opositor político do governo

Antonio Augusto/Secom/PGR



AUGUSTO ARAS

- » Pediu que Mendonça explique uso da Lei de Segurança Nacional;
- » Também defendeu no STF que missas e cultos sejam mantidos durante a pandemia;
- » Foi indicado para procurador-geral sem constar na lista tríplice da categoria
- » Apoia o foro privilegiado para o senador Flávio Bolsonaro



Religião não faz diferença. Depois que o indicado entra para o STF, tem uma responsabilidade com a nação, com a Constituição

Nereu Crispim (PSL-RS), deputado da bancada evangélica

teria de agradar o eleitorado. A escolha com base em critérios religiosos levanta polêmica, mas não é ilegal se o indicado suprir as demais necessidades, como ter mais de 35 anos, notável saber jurídico e ser aprovado em sabatina no Congresso Nacional. Aras é católico, Mendonça, evangélico e pastor da Igreja Presbiteriana de Brasília.

Decisões técnicas

O deputado Nereu Crispim (PSL-RS), que integra a Bancada Evangélica da Câmara, afirmou

que a escolha pela crença não faz muita diferença, já que, uma vez na Corte, o ministro terá que basear suas decisões em preceitos legais. "Eu acho que a religião não faz diferença. Depois que o indicado entra para o STF, tem uma responsabilidade com a nação, com a Constituição. As decisões são todas técnicas. O indicado pelo presidente (Kássio Nunes) tomou decisões que foram contra ideologias de direita, e ele sofreu críticas", disse.

O parlamentar, que não conhece o procurador-geral da Re-

pública, mas que já encontrou o advogado-geral da União em alguns eventos e julgamentos, diz não ter preferência. "São bons nomes, tanto o Aras quanto o Mendonça. O AGU é uma pessoa serena. Eu o vi em eventos e em duas audiências, mas não tenho uma opção. Acredito que ambos têm competência para ocupar o cargo", completa Nereu.

A indicação precisa ocorrer com pelo menos 15 dias de antecedência à aposentadoria do ministro Marco Aurélio. O tempo é o necessário para que o Senado marque a sabatina com o

candidato, que costuma durar horas. Tradicionalmente, os parlamentares não colocam barreiras para aprovar o nome enviado pelo presidente.

Caso o chefe do Executivo demore na indicação, ou o Congresso não dê o veredito antes da desocupação da cadeira no plenário, a Corte continua as votações com 10 ministros, o que pode resultar em empate nos julgamentos. Nesses casos, o voto de minerva fica com o presidente do Supremo, cargo ocupado atualmente pelo ministro Luiz Fux.

Foco é o eleitorado em 2022

Desde a indicação do ministro Kássio Nunes para o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Jair Bolsonaro vem sofrendo baixas políticas e perde apoio da população. O avanço da pandemia, com um número alarmante de mortos e novos infectados por dia, gera desgaste político e afasta eleitores. A indicação ao Supremo é uma das cartas do mandatário para tentar chegar com fôlego nas eleições de 2022. A indicação de um nome conservador, religioso e que, de certa forma, mantenha proximidade com o governo seria uma maneira de atrair capital político.

O Brasil tem atualmente um público de 40 milhões de evangélicos e 122 milhões de católicos. No entanto, tradicionalmente, os evangélicos têm maior envolvimento com política. Na Câmara, ao menos 101 parlamentares são ligados a igrejas. Professor de direito constitucional da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo e

especialista em STF, Rubens Glezer afirma ser muito difícil prever o perfil de uma indicação de Bolsonaro, "porque ele já demonstrou que os prováveis indicados podem ser facilmente preteridos", citando a indicação do último ministro a entrar no Supremo. O nome de Kássio não era cotado, e pegou a todos de surpresa após indicação do senador Ciro Nogueira (PP).

"Depende muito dos cálculos políticos do presidente, que podem envolver a manutenção da lealdade de alguns atores", diz, citando os nomes de Augusto Aras e de André Mendonça. Bolsonaro, segundo o professor, pode escolher, desta vez, atender à bancada evangélica ou ao Centrão. "Tem muitas variáveis. É uma composição ampla de interesses, e sempre tem questões de conjuntura que podem influenciar".

Aras agradou o presidente desde o início. Ele foi indicado pelo presidente para chefiar o Ministério Público mesmo estando fo-

ra de uma lista tríplice votada por procuradores e organizada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Um relatório da Transparência Internacional apontou que ele permanece próximo do chefe do Executivo institucionalmente. Um dos exemplos de alinhamento, de acordo com o relatório, foi o fato de Aras se manifestar a favor da concessão de foro privilegiado para o senador Flávio Bolsonaro, filho do presidente, no esquema das rachadinhas.

Vera Chemim, especialista em Direito Constitucional e estudiosa do Supremo, concorda que o resultado anterior torna a previsão ainda mais difícil. "Eles têm feito de tudo para agradar o presidente", comenta, afirmando que, diante do contexto, é preciso aguardar. "Bolsonaro é impulsivo, imprevisível e costuma fazer escolhas completamente polêmicas", opina. (RS)

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência



Ministro Marco Aurélio Mello completa 75 anos em julho, deixando cadeira vaga na Corte após 31 anos